Prolongando a convivência geracional: famílias conviventes e outros impactos sociodemográficos do adiamento da saída de casa*

Regiane Lucinda de Carvalho†

Resumo

Neste trabalho, discutem-se questões sobre o prolongamento da convivência domiciliar entre pais e filhos adultos no Brasil, a exemplo do que ocorre no contexto latino-americano. O adiamento da saída da casa dos pais nem sempre significa o adiamento da nupcialidade e da fecundidade uma vez que parte dos jovens constitui um novo núcleo familiar que vem se juntar a família principal, ou seja, tornam-se responsáveis por uma família mesmo estando na condição de filho do responsável pelo domicílio. Assim, o objetivo do trabalho é comparar características dos jovens que moram com os pais e que estão na condição de filho e aqueles que, apesar de ser filho, constituíram outra família no domicílio. Para isso, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008. Os jovens que moram com os pais e não constituíram família o fariam por opção desfrutando uma situação familiar favorável. Aqueles que constituíram família e continuam no mesmo domicílio o fariam principalmente por necessidades financeiras e com a intenção de constituir um domicílio independente. Verifica-se ainda que o grupo de jovens que não constitui família é mais homogêneo comparado aos que constituíram família e permanecem no domicílio de origem.

Palavras-chave: arranjos domiciliares; famílias conviventes; jovens adultos.

* Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

† Cedeplar/UFMG regiane_lucinda@yahoo.com.br

Prolongando a convivência geracional: famílias conviventes e outros impactos sociodemográficos do adiamento da saída de casa[‡]

Regiane Lucinda de Carvalho[§]

Introdução

Ao longo do ciclo de vida familiar espera-se que uma série de etapas seja cumprida – formação profissional, entrada no mercado de trabalho, independência financeira e formação de um novo núcleo familiar, através da união conjugal e/ou da parentalidade – ainda que não haja uma ordem para a ocorrência destes eventos, nem mesmo um tempo exato para que ocorram (Camarano et al., 2006b). Em decorrência natural do cumprimento destas etapas, espera-se um distanciamento e separação do indivíduo em relação a sua família de origem, já que o mesmo vai adquirindo mais autonomia e independência.

Entretanto, nas últimas décadas, o que tem sido observado no Brasil e em demais países latino-americanos é que, a despeito do cumprimento de etapas da transição para a vida adulta ocorre o prolongamento da convivência domiciliar entre as gerações. O adiamento da saída de casa pode ser claramente percebido, no Brasil, através das pesquisas domiciliares que apontam para a redução na proporção dos jovens adultos (entre 25 e 34 anos) que se declaravam pessoa responsável ou cônjuge da pessoa responsável pelo domicílio e um aumento significativo na proporção de jovens que ocupavam outras posições em relação à pessoa responsável pelo domicílio, incluindo entre essas a posição de filho (Carvalho, 2009).

Entre as razões para o adiamento da saída de casa encontram-se tanto fatores externos (dimensões públicas) como internos (dimensão privada). A necessidade de uma maior qualificação profissional, por exemplo, dado um mercado de trabalho mais competitivo e instável, faz com que ocorra um prolongamento dos estudos, facilitado pela permanência na casa dos pais. Segundo Ciganda (2008), a proporção de jovens uruguaios que formam seu próprio domicílio diminui na medida em que aumentam os anos de estudo. Isto significa que aqueles jovens que possuem maiores possibilidades adiam seu ingresso no mercado de trabalho a fim de continuar acumulando capital humano. Entre os fatores internos ao domicílio, o aumento da liberdade e privacidade, decorrente da redução de conflitos geracionais e da redução do número de filhos, ao lado de garantias do conforto doméstico, também seriam razões para os jovens preferirem prolongar a convivência com os pais e, consequentemente, adiar a formação de um núcleo domiciliar independente (Aquilino, 1991; Buck e Scott, 1993).

Segundo pesquisa da Comissão Econômica para América Latina e Caribe e da Organização Iberoamericana de Juventude, metade das pessoas entre 15 e 29 anos ainda vivia com seus pais, nos 18 países latino-americanos pesquisados (CEPAL, 2004). Isto significa que na América Latina se configuraria um padrão de transição tardia, como o vivenciado na Espanha e Itália em que, além da saída de casa extremamente tardia, é caracterizado também por a transição ocorrer via tradicional - ou seja, a maternidade/paternidade é buscada após se

[‡] Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

[§] Cedeplar/UFMG regiane_lucinda@yahoo.com.br

alcançar a independência financeira e residencial, com a saída de casa ocorrendo via casamento - e pelas taxas de fecundidade baixíssimas.

Quanto mais tarde ocorre a separação das gerações através da saída do jovem de sua casa de origem, mais tarde tende a ser o nascimento do primeiro filho e menor o número de filhos tidos, alterando a estrutura e o nível da fecundidade. No Brasil, não há estudos relacionando o adiamento da saída de casa, que começa a ser observado principalmente a partir da década de 1990, às mudanças na função de fecundidade das mulheres brasileiras, mas, sabe-se que, ao contrário da Itália, o prolongamento da convivência de pais e filhos em um mesmo domicílio nem sempre vem acompanhado do postergamento da formação da família, como demonstrado pelo o aumento do número de famílias conviventes (Camarano et al. 2006). Na América Latina, a literatura dedicada à transição para a vida adulta é escassa e pouco se discute a respeito dos casos em que o jovem, após a formação de um novo núcleo familiar, através do casamento/cohabitação ou parentalidade, prolonga a convivência no domicílio de origem.

Portanto, este trabalho tem por objetivo comparar algumas características dos jovens brasileiros que permanecem no domicílio dos pais na condição de filhos e aqueles que, embora sejam filhos, já constituíram uma nova família no mesmo domicílio. Para isso foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2008 realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se o jovem, entre 15 e 34 anos, se declarava como filho do responsável pelo domicílio, mas afirmava ser o responsável na família, então significa que o jovem constituiu uma família secundária que veio se juntar à família principal. Caso o jovem afirme que ocupa a posição de filho tanto no domicílio quanto na família, considerou-se que o jovem pertencia a um domicílio unifamiliar.

Resultado

A proporção de jovens que se encontram na posição do filho da pessoa responsável pelo domicílio tende a diminuir com a idade, ao mesmo tempo em que aumenta a proporção de pessoa responsável e cônjuge (Tabela 1).

Tabela 1 – Proporção de jovens que convive com a geração de pelo menos um dos pais – Brasil - 2008

		Resp.	Cônjuge	Filho	Total
Homens	15 a 19	2,7	0,6	96,7	100
	20 a 24	20,9	3,7	75,3	100
	25 a 29	46,5	8,1	45,5	100
	30 a 34	64,0	11,8	24,2	100
		32,8	5,9	61,3	100
Mulheres	15 a 19	2,0	8,1	89,8	100
	20 a 24	10,6	30,1	59,3	100
	25 a 29	18,2	48,3	33,5	100
	30 a 34	24,2	57,6	18,3	100
		14,0	36,7	49,3	100

Fonte: IBGE/Microdados da PNAD 2008.

Entre 30 e 34 anos, verifica-se que um em cada quatro jovens do sexo masculino ainda vivia com pelo menos um dos pais, já entre as mulheres essa proporção é um pouco menor, cerca de uma em cada cinco. Essa é uma proporção que pode ser considerada elevada se comparada

a outros países ou ao que era verificado no Brasil em períodos anteriores (Manacorda e Moretti, 2005; Carvalho, 2009). Deve-se lembrar ainda que a alta proporção de jovens residindo com os pais não significa apenas o adiamento da saída de casa, mas também o retorno ao domicílio de origem, pois é possível que, por motivos de separação ou desemprego, o jovem tenha retornado ao domicílio dos pais após passar um período em domicílio independente.

Segundo a PNAD de 2008, do total de 31,4 milhões de jovens entre 15 e 34 anos que vivem com os pais, cerca de 6,5% são responsáveis por uma família no mesmo domicílio, sendo 3,5% homens e 9,2% mulheres, o que correspondia a um total de 1,8 milhão de famílias secundárias conviventes cujo responsável é jovem.

A seguir, apresentam-se algumas diferenças significativas entre os jovens que vivem com os pais, porém que já constituíram outra família, através do casamento e/ou do nascimento de filhos, ou seja, que são responsáveis por uma família e aqueles que vivem com os pais apenas na condição de filhos.

Tabela 2 – Proporção de jovens que vivem com os pais por raça/cor, segundo posição ocupada na família e sexo – Brasil – 2008.

Condição na família	Responsável		Filho	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Indígena	0,2	0,4	0,2	0,2
Branca	34,7	36,8	47,0	50,7
Preta	8,4	9,5	6,6	6,6
Amarela	0,3	0,4	0,5	0,6
Parda	56,2	52,9	45,6	41,9
Sem declaração	0,1	0,1	0,1	0,1
	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Microdados da PNAD 2008.

Em relação à cor/raça do jovem que vive com os pais, tem-se que entre aqueles que se encontram na condição de filho, há uma maior proporção que se declara da cor/raça branca: 47,0% dos homens e 50,7% das mulheres (Tabela 2). Entre os jovens que são filhos e responsáveis pela família há uma proporção maior de pretos e pardos que entre aqueles que vivem com os pais apenas na condição de filho. Fato que possivelmente pode ser explicado pela taxa de fecundidade mais elevada entre as mulheres desta cor/raça comparadas às mulheres brancas e à idade média ao casar/unir mais reduzida entre negros (pretos e pardos) vis-à-vis brancos. Além disso, soma-se a situação econômica geralmente menos favorável dos negros que dificultaria a constituição de um domicílio independente. Não foram observadas diferenças significativas na condição na família para a cor/raça indígena e amarela, possivelmente devido a pouca representatividade destes grupos no total da população brasileira.

Considerando o número de componentes no domicílio, observa-se que cerca de 57% dos jovens que não se casaram nem tiveram filhos vivem em domicílios com até quatro pessoas, ou seja, possivelmente mãe com filhos, ou casal com filhos (Tabela 3). Já os jovens que são responsáveis por família secundária vivem em domicílios compartilhados por muito mais pessoas, sendo que um terço deles encontra-se em domicílios com mais de sete pessoas. Essas relações tendem a ser marcadas por um círculo de trocas recíprocas, tanto econômicas quanto de cuidados. Em meio a estes arranjos cresce também o número de pessoas da "geração

sanduíche", pessoas em idade ativa que convivem com os pais idosos e os próprios filhos, crianças ou adolescentes, de forma que sofrem uma sobrecarga de trabalho, tendo que atender as demandas dos dois lados.

Tabela 3 – Proporção de jovens que vivem com os pais e por número de pessoas no domicílio, segundo posição ocupada na família – Brasil – 2008.

Condição na família	Responsável		Filho	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2	-	-	6,4	5,6
3	-	-	20,7	20,2
4	13,3	19,0	30,3	31,6
5	25,6	24,6	20,5	21,5
6	23,1	19,8	10,0	10,1
7+	37,9	36,6	12,1	11,1

Fonte: IBGE/Microdados da PNAD 2008.
Nota: exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Os jovens que são apenas filhos estão, portanto, em uma situação mais confortável e usufruem de maior privacidade que aqueles que já são responsáveis por uma família convivente uma vez que vivem em domicílios menos densamente habitados. A redução do tamanho médio das famílias, proporcionado pela acentuada queda da fecundidade vivenciada nas últimas décadas, fez com que os pais almejem uma prolongação da convivência com seus filhos, tentando mantê-los por perto como uma forma de companhia para eles. Assim, a baixa densidade de moradores por domicílio poderia ser justamente um dos fatores que os incentivaria a permanência em casa já que possibilita que aos jovens desfrutar de benefícios como dormitório exclusivo mantendo assim sua privacidade. Ou seja, é possível que mesmo vivendo com os pais os jovens consigam um espaço próprio e vão construindo sua autonomia e identidade adulta (Ramos, 2002).

O número de pessoas no domicílio está diretamente relacionado aos tipos de arranjos familiares existentes no domicílio. O tipo de família mais frequente entre os jovens que são responsáveis por uma família convivente difere-se de acordo com o sexo do responsável (Tabela 4).

Tabela 4 – Proporção de jovens que vivem com os pais por tipo de família, segundo posição ocupada na família e sexo – Brasil – 2008.

Condição na família	Responsável		Filho	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Casal sem filhos	36,8	4,3	-	-
Casal com filhos < 14a	45,6	6,4	-	-
Casal com filhos >=14a	0,1	0,2	50,1	48,5
Casal com filhos < 14a e >=14a	0,4	0,3	21,3	21,6
Mãe com todos os filhos < 14a	-	84,6	-	-
Mãe com filhos >=14a	-	0,8	20,4	21,7
Mãe com filhos <14a e >=14a	-	2,0	4,6	5,4
Outro tipo de família	17,1	1,5	3,7	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Microdados da PNAD 2008.

Entre os homens, o arranjo familiar mais frequente é o casal com filhos menores de 14 anos (45,6%) seguido pelo casal sem filhos (36,8%). Entre as mulheres, predomina o arranjo mãe com filhos (84,6%), ou seja, as famílias monoparentais femininas. Considerando-se o aumento na Taxa Específica de Fecundidade das adolescentes (Berquó e Cavenaghi, 2005), podemos inferir que parte destas famílias monoparentais era formada por jovens solteiras que tiveram filhos e ainda permaneciam no mesmo domicílio que os pais, no qual passavam a conviver três gerações.

Nota-se, deste modo, que os jovens do sexo masculino que residem com os pais tendem a constituir uma nova família principalmente a partir do casamento/união, já as mulheres responsáveis pela família constituem um novo núcleo familiar, sobretudo através da maternidade. Entre os jovens que estão apenas na condição de filho, há um predomínio dos tradicionais arranjos nucleares formados por casal e filhos (71,4%), seguido pelo arranjo de mães e filhos (25%), não havendo diferenças significativas entre jovens do sexo masculino e feminino.

A permanência na casa dos pais coexistindo com a parentalidade indica que, embora o jovem permaneça, em certo grau, dependente dos pais, já adquiriu papel e responsabilidade de adulto. Um dado que reforça essa observação é que, em 2000, para as mulheres da região metropolitana do Rio de Janeiro exceto as do quarto quartil de renda domiciliar per capita, a idade mediana ao ter o primeiro filho (20,8 anos) era menor que a idade ao sair de casa (21,7 anos), ao contrário do que ocorria na década de 1970, quando as mulheres saíam de casa e só depois tinham o primeiro filho (Mello e Camarano, 2006). Em 2000, pelo menos 5% das mulheres com até 25 anos que tiveram filhos moravam com seus pais (Camarano et al. 2006b). Segundo Pérez-Amador (2004), os jovens mexicanos que experimentaram a transição para a paternidade ou maternidade e que ainda viviam com os pais são os menos propensos a desejar sair de casa, possivelmente devido à necessidade de ajuda proveniente dos pais.

Apesar do maior número de moradores no domicílio, a renda per capita domiciliar nos domicílios que contam com famílias conviventes chefiadas por jovens é inferior à renda per capita do domicílio com jovens que não constituíram nova família (Tabela 5).

Tabela 5 – Proporção de jovens que vivem com os pais por rendimento domiciliar per capita, segundo posição ocupada na família e sexo – Brasil – 2008.

Condição na família	Responsável		Filho	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até ½ salário mínimo	34,5	41,4	24,8	25,6
Mais de ½ até 1 salário mínimo	33,1	31,7	27,7	27,2
Mais de 1 até 2 salários mínimos	21,8	17,0	25,4	24,5
Mais de 2 até 3 salários mínimos	4,0	3,3	8,7	8,3
Mais de 3 até 5 salários mínimos	2,4	2,1	5,7	6,1
Mais de 5 salários mínimos	0,7	0,8	3,9	4,3
Sem declaração	3,5	3,6	3,8	4,0
	100	100	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Microdados da PNAD 2008.

Este fato é esperado, uma vez que famílias conviventes tendem a ter, proporcionalmente, mais dependentes (crianças e idosos) que uma família nuclear. A constituição de famílias conviventes, ocorre como estratégia para a falta de condições econômicas suficientes visando a minimizar dificuldades, sobretudo, para as famílias monoparentais femininas que assim

podem contar com a ajuda de outros adultos também no cuidado com os filhos (Bilac, 2002). Assim, observa-se que 67,6% dos jovens e 73,1% das jovens responsáveis pela família viviam em domicílios com até 1 salário mínimo de renda domiciliar per capita, enquanto entre os jovens que eram filho, essa proporção era bastante inferior: 52,5% e 52,8% para homens e mulheres, respectivamente. Percebe-se aí, que é, sobretudo, as famílias conviventes cuja responsável é mulher que estão em pior situação econômica. Entre os jovens que vivem com os pais na condição de filho não há diferença significativa no rendimento domiciliar entre homens e mulheres.

Nas famílias de classe média, a dependência material da geração mais nova em relação à geração mais velha coexiste com certa autonomia e liberdade, facilitando a permanência do jovem e não criando estímulos para que o mesmo deixe a casa dos pais. A convivência prolongada entre pais e filhos parece benéfica para ambas as gerações. Para os filhos significa que podem dedicar-se mais aos estudos e, ao mesmo tempo, desfrutar do conforto da casa de origem e dos cuidados proporcionados com as roupas e alimentação, além da possibilidade de fazer uma poupança, já que parte desses jovens trabalha e não ajuda, ou ajuda pouco, nas despesas da casa. Para os pais, a convivência, marcada pelo diálogo e amizade, significa o adiamento do momento em que ficarão sós com a partida da geração mais jovem (Heilborn *et al*., 2002; Mello, 2005). Ainda que alguns jovens, por vontade própria ou pressionados pelos pais, aspirem à independência financeira e residencial, o padrão de vida e o nível de conforto que usufruem na casa dos pais são essenciais para a decisão de permanecerem no domicílio de origem (Heilborn *et al*. 2002).

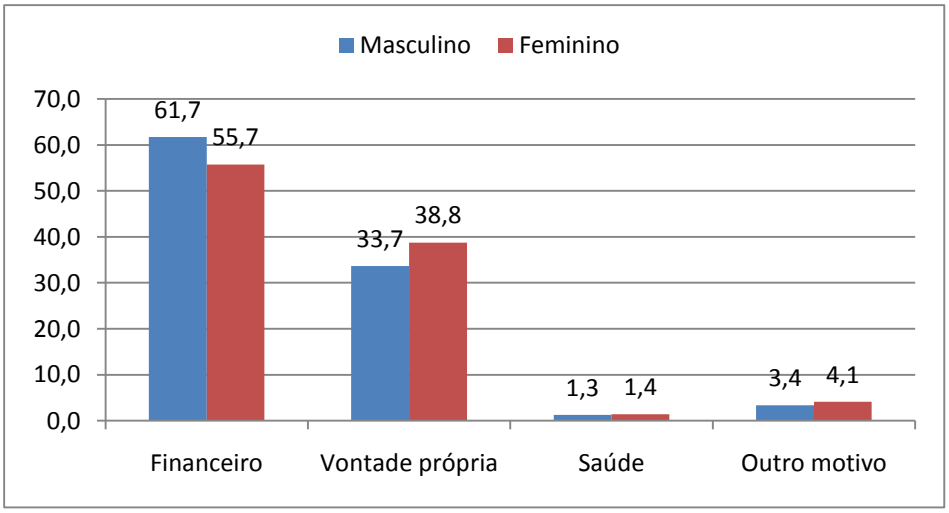
Ao contrário dos jovens das classes médias e altas, para os jovens mais pobres a co-residência seria mais uma necessidade que uma opção. Nesse caso, a co-residência não estaria associada à dependência dos filhos em relação aos pais, pois, mesmo morando com os pais, os jovens homens das classes populares sentem-se na "obrigação moral" de contribuir com as despesas do domicílio; ainda que para isso tenham que abandonar definitivamente os estudos. Geralmente, assumem papéis de adultos responsáveis por garantir o bem-estar da família e, quando desempregados, a dependência é vista mais como conjuntural que estrutural. Às jovens mulheres cabe a tarefa de cuidar da casa e dos irmãos menores, o que as obriga a frequentes interrupções e voltas ao universo escolar (Heilborn *et al*.,2002).

Os jovens em melhores condições econômicas ficam mais tempo na escola, entram mais tarde no mercado de trabalho e permanecem mais tempo sob a proteção dos pais. Já os jovens de situação econômica menos favorável, a necessidade de trabalhar e ajudar no sustento do lar impulsiona o abandono da escola e a formação de vínculos conjugais, com ou sem filhos, mais cedo (Heilborn *et al*., 2005; Mello e Camarano, 2006), o que nem sempre é acompanhado da formação de um domicílio. Assim, percebe-se que muitas são as diferenças entre um jovem viver com os pais apenas na condição de filho e na condição de responsável por uma família. Em cada um dos casos, a convivência dos jovens com seus pais têm objetivo e desfecho distintos: o "prolongamento da juventude" das classes médias e a precocidade da vida adulta das classes de menor renda.

No que se refere ao motivo para a convivência, a grande maioria dos jovens alega que o motivo para viverem com os pais após a constituição de uma família é a necessidade financeira, segundo 61,7% dos homens e 55,7% das mulheres (Gráfico 1). O segundo motivo mais alegado é a vontade própria, como afirma 33,7% dos homens e 38,8% das mulheres, em seguida estão relacionados outros motivos e em quarto lugar os motivos de saúde. Os seja, infere-se que os homens que moram com os pais necessitam de uma garantia de renda maior que as mulheres para deixar o domicílio de origem e sustentarem sua família, enquanto para

as mulheres a convivência se daria não tanto pela necessidade financeira, mas também por vontade de estar próximo à família de origem.

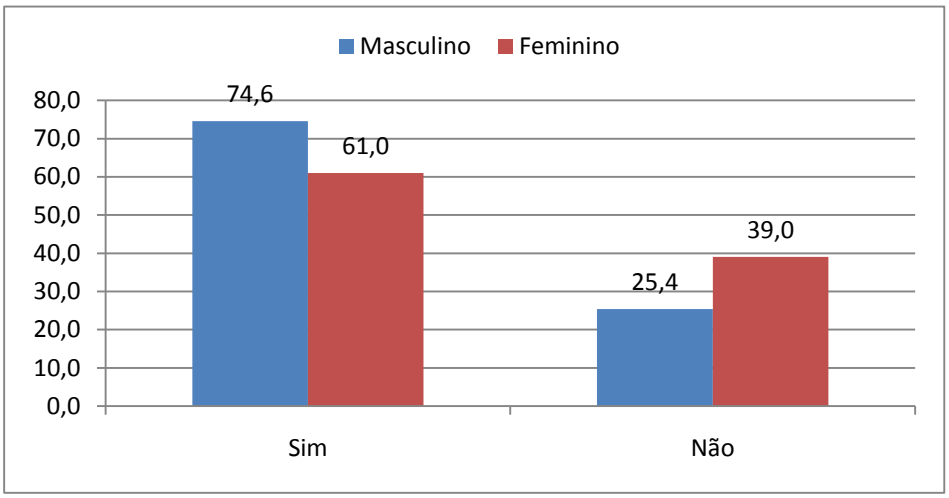
Gráfico 1 – Proporção de jovens que vivem com os pais e são responsáveis pela família, segundo motivos para a permanência no mesmo domicílio, por sexo – Brasil – 2008.



Fonte: IBGE/Microdados da PNAD 2008.

Ainda que parte dos jovens esteja satisfeita com a condição de co-residência familiar, parte significativa deles vê esta convivência familiar como uma situação transitória, já que 74,6% dos homens e 61,0% das mulheres (Gráfico 2) afirmam que possuem a intenção de se mudar e constituir um domicílio independente, o que condiz com os motivos para a co-residência apontados no gráfico anterior.

Gráfico 2 – Proporção de jovens que vivem com os pais e são responsáveis pela família, segundo intenção de se mudar do domicílio – Brasil – 2008.



Fonte: IBGE/Microdados da PNAD 2008.

Considerações finais

No Brasil, o aumento da convivência entre as gerações pode ser atribuído, em parte, à desvinculação entre a constituição de domicílio e de família de modo que a formação de

família, com certa frequência, antecede a formação de um novo domicílio. Neste caso, aos pais e filhos jovens adultos se junta uma terceira geração, originada a partir de um segundo núcleo de reprodução no domicílio. Morar com os pais não seria, portanto, fundamentalmente um adiamento das responsabilidades de vida adulta, mas um rearranjo domiciliar visando atender uma necessidade que se impõe ao longo do processo de transição para a vida adulta.

Este fenômeno da convivência entre as gerações ocorre em todas as classes sociais, porém por motivações distintas. De forma geral, pode-se inferir a partir dos resultados apresentados que, para parte dos jovens, o prolongamento da convivência geracional decorre da opção de viver com os pais justamente para manter sua condição de filho e com isso não necessitar assumir responsabilidades em relação à manutenção de um domicílio e poderem se dedicar ao aumento de seu capital humano. Estes jovens são da cor/raça branca, possuem renda domiciliar per capita acima de 1 salário mínimo, vivem em domicílio com poucas pessoas, geralmente com os pais – ou apenas com a mãe – e irmãos, e não têm filhos. Possivelmente, estes jovens adiam a saída de casa até o momento em que possam adquirir um nível de renda suficiente que os permita constituir um domicílio independente, mantendo um padrão de vida equivalente ou superior àquele oferecido pelos pais.

Já outra parcela dos jovens que moram com os pais vivencia uma realidade totalmente diferente, pois, embora sejam filhos do responsável pelo domicílio, tornaram-se eles próprios responsáveis por outro núcleo familiar residente no mesmo domicílio. Esses jovens são, em sua maioria, pardos, possuem renda domiciliar menor que aqueles que estão apenas na condição de filhos e vivem em arranjos domiciliares diversificados, frequentemente em domicílios compartilhados por um grande número de pessoas. Ou seja, enquanto para os primeiro morar com os pais é apenas uma das opções possíveis, pode-se dizer que entre os últimos é uma necessidade, uma vez que grande parte tem as limitações financeiras como causa principal para a co-residência e beneficiam-se da ajuda mútua entre as famílias conviventes.

Percebe-se também que há mais diferenças por sexo entre os jovens que são responsáveis pela família que entre os jovens que são apenas filhos no domicílio. As mulheres que são responsáveis pela família estão em condição econômica pior que os homens responsáveis pela família, porém uma proporção maior de mulheres alega vontade própria para a co-residência enquanto os homens alegam principalmente motivos financeiros. Assim, pode-se concluir que os determinantes para o jovem permanecer na casa dos pais são bem diferenciados e estão ligados a questões econômicas e de ajuda familiar. Portanto, deve-se aprofundar estudos sobre as causas e conseqüências da formação de famílias convientes para se pensar políticas que avaliem as necessidades específicas de cada um destes grupos e principalmente oferecendo a eles a possibilidade de decidir pelo arranjo domiciliar mais adequado às suas necessidades.

Referências

AQUILINO W. Family structure and home leaving: a further specification of the relationship. Journal of Marriage and the Family, 53(4):999-1010. 1991.

BERQUÓ E, CAVENAGHI S. Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or a one-time event? In: Population Association of America: Annual Meeting, 2005, Filadélfia. PAA, v.1, p.1-18.

BILAC E. *Gênero, arranjos domésticos e (in) satisfação de necessidades básicas.* Campinas: NEPO - Unicamp, 2002.

BUCK N, SCOTT J. She´s leaving home: but why? An analysis of young people leaving the parental home. Journal of Marriage and Family. 55(4):863-74. 1993.

CAMARANO AA, MELLO JL, KANSO S, ANDRADE A. O processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos. In CAMARANO AA (org). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA. 2006.

CAMARANO AA, MELLO JL, KANSO S. Do nascimento à morte: principais transições. In CAMARANO AA (org). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA. 2006b.

CARVALHO RL. Casa, comida e roupa lavada: fatores associados a saída do jovem brasileiro do domicílio de origem. Dissertação de mestrado. Demografia. Cedeplar, UFMG. Belo Horizonte, 2009. 95p.

CEPAL. Panorama social de America Latina. 2004. Disponível em <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/20386/P20386.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt> Acesso em 30 setembro de 2010.

CIGANDA D. Jóvenes en transición hacia la vida adulta: el orden de los factores ¿no altera el resultado? In Demografía de una sociedad en transición: la población uruguaya a inicios del siglo XXI. Petito, Carmen Varela (coord). Montevideu. 2008.

HEILBORN ML *et al*. Aproximações socioantropolóticas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, 8(17): 13-45. 2002.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar*. Microdados da amostra 2008. Rio de Janeiro: IBGE.

MANACORDA M, MORETTI E. Why do most Italian young men live with their parents? Intergenerational transfers and household structure. Discussion paper series. Nº5116. 2005.

MELLO JL. Transições para a vida adulta: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. *Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2005.

MELLO JL, CAMARANO AA. Transições para a vida adulta: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP 2006.

PÉREZ-AMADOR J. El inicio de la vida laboral como detonador de la independencia residencial de los jóvenes en México. *Estudios Demográficos y Urbanos.* V.21 n001. 2006. Disponível em: http://redalyc.uaemex.mx/pdf/312/31200101.pdf Acesso em 21 de agosto de 2010.

RAMOS E, *Rester enfant, devenir adulte: la cohabitation des étudiants chez leurs parents.* Paris, L'Harmattan, (col. Logiques Sociales), 264 pp. 2002.